

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024¹
1. Introdução

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP), cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, tem como competência principal a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2013, foram aprovadas a garantia e suas condições para o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metropolitano de Salvador e Lauro de Freitas. Em setembro de 2018, a Assembleia de Cotistas do Fundo aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP destinado à operação, manutenção do Sistema Viário BA-052 e construção de ponte-travessia sobre o rio São Francisco entre os municípios baianos de Xique-Xique e Barra (Sistema Viário BA-052). Em abril de 2019, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP que visa à implantação e operação do Veículo Leve sob Trilhos – VLT do Subúrbio. Em novembro de 2020, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador – Ilha de Itaparica. E, em março de 2021, a constituição de garantia do Projeto VLT do Subúrbio foi retificada em reunião extraordinária da Assembleia de Cotistas.

Este documento tem por objetivo apresentar o comportamento dos principais indicadores do FGBP no exercício de 2024 e está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP, para o devido acompanhamento da gestão do Fundo, conforme rege o inciso IV, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período

Não foram realizados novos negócios com os recursos do FGBP no exercício de 2024. Todo o patrimônio do Fundo manteve-se aplicado em fundos de renda fixa e referenciado.

3. Obrigações contraídas no período

Não foram contraídas novas obrigações para o FGBP no exercício de 2024.

4. Honra a garantias

Em 2024, o Fundo não realizou pagamentos para honra de garantias e nem recebeu valores referentes a pagamentos realizados no passado.

5. Evolução Patrimonial do Fundo
5.1. Conjuntura econômica de 2024 e perspectivas para 2025

A economia nacional registrou crescimento de 3,4% em 2024, maior patamar desde 2021. O setor de serviços foi o principal responsável por esse resultado, seguido pela indústria. Contrariando as expectativas e a trajetória recente, o setor agropecuário apresentou desempenho negativo. Essas evoluções setoriais estão alinhadas com o que se viu no mercado de trabalho: houve incremento do número de pessoas com carteira assinada e crescimento do rendimento médio. O nível geral de preços, pressionado com a dinâmica da economia, fez com que o Banco Central precisasse recorrer à elevação da taxa básica de juros, de modo a assegurar a meta de inflação. No final de 2024, a taxa SELIC atingiu 12,25% a.a., após uma escalação de incrementos ao longo do ano. A política monetária contracionista se fez sentir no último trimestre do ano, quando os indicadores de atividade econômica começaram a apresentar desaceleração.

Para 2025, a expectativa é de que, com a manutenção do movimento de ascensão da taxa básica de juros, o dinamismo econômico fique prejudicado, repercutindo numa taxa de crescimento do PIB menor que a de 2024. O maior desafio deve ser o alcance do equilíbrio fiscal.

Em relação à economia global, o FMI estimou manutenção da taxa de crescimento da atividade econômica nas projeções divulgadas em janeiro de 2025: o incremento de 2,7% deve manter-se por 2025 e 2026. As economias avançadas devem crescer 1,7% em 2025, e 1,8% em 2026. As economias emergentes e em desenvolvimento, no conjunto, mantêm-se mais ativas, com incrementos de 4,1% em 2025, e 4,0% em 2026. Neste subconjunto, a contribuição do Brasil é modesta, uma vez que o FMI estima taxa de crescimento do PIB de 2,2% para 2025, e de 2,3% para 2026.

No que se refere ao patrimônio do FGBP, cabe registrar que, ao longo do ano, os recursos do Fundo permaneceram aplicados no mercado financeiro, em títulos de renda fixa, referenciados no DI. Como a taxa básica de juros experimentou ritmo de elevação, os rendimentos do Fundo incrementaram-se de forma positiva.

A política de tratamento dos ativos do FGBP não deverá se modificar

em 2025, o que significa dizer que os recursos disponíveis do Fundo permanecerão aplicados em títulos de renda fixa, referenciados na taxa do CDI. Para a contabilização do patrimônio, além dessas disponibilidades, se observa a sub-rogação dos direitos referentes à honra de garantias realizadas.

5.2. Principais movimentações em 2024

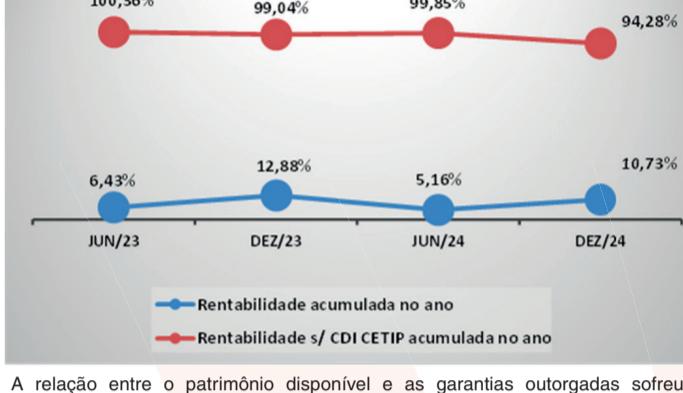
As movimentações do Fundo no ano de 2024 foram as receitas provenientes das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro, que somaram R\$ 34,7 milhões, e as despesas administrativas que totalizaram R\$ 1,7 milhão. Ao final do período, o FGBP contava com R\$ 356,7 milhões em aplicações financeiras e R\$ 34,4 milhões em direitos a receber por conta de garantias honradas.

Desde a criação do FGBP, com os seus recursos, foram honrados compromissos do Estado da Bahia no projeto SMSL no montante de R\$ 590,0 milhões, dos quais R\$ 555,7 milhões foram devolvidos ao caixa do FGBP.

5.3. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas

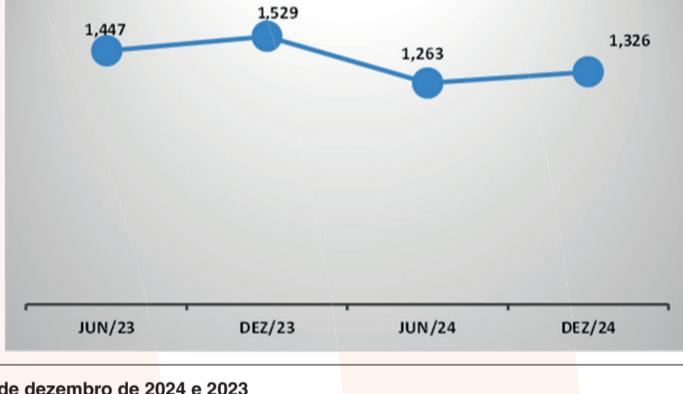
Os recursos disponíveis do FGBP estiveram aplicados em fundos de renda fixa e referenciado no CDI, conforme a política de investimentos do fundo.

No Gráfico 5.3.1, exibido a seguir, observa-se a rentabilidade dos valores aplicados, já consideradas as despesas do fundo com taxa de administração e outros custos administrativos.

Gráfico 5.3.1 – Rentabilidade dos recursos disponíveis do FGBP


A relação entre o patrimônio disponível e as garantias outorgadas sofreu oscilações ao longo dos quatro últimos semestres. No início de 2024, o principal fator explicativo da oscilação de queda da relação foi a atualização monetária do valor destacado para garantia do projeto de SMSL. Nos demais períodos, o incremento do indicador é explicado pela rentabilidade dos recursos disponíveis do Fundo aplicados no mercado financeiro.

No gráfico seguinte, observa-se a evolução da relação patrimônio disponível e garantias nos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.2 – Relação Patrimônio Disponível/Garantias


No que se refere ao valor da cota, nota-se que ela se manteve crescente ao longo do tempo. Isto decorre do fato de o patrimônio total do FGBP se constituir, essencialmente, de uma parcela de ativos que, por estarem aplicados no mercado financeiro, se valorizam por conta da rentabilidade auferida, e de outra parcela referente ao pagamento das garantias honradas. Essa segunda parcela não se valoriza no tempo, mas tampoco reduz o patrimônio, uma vez que o Fundo se sub-roga no direito do parceiro privado a receber, do poder concedente, os valores honrados.

Segue o valor da cota no final dos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.3 – Valor da Cota (R\$)

5.4. Encargos debitados

Os encargos e taxas debitados no ano de 2024, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 1.770,1 mil (0,46% do patrimônio médio), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 1.032,3 mil referem-se à taxa de administração da Desenbahia (3% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2023 a novembro/2024);
- R\$ 688,2 mil referem-se à taxa de administração da Bahiainveste (2% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2023 a novembro/2024);
- R\$ 13,5 mil, a custos com Auditoria Independente; e
- R\$ 36,2 mil, a despesas diversas.

5.5. Investimentos imobiliários

Não se aplica no período analisado.

5.6. Valor de mercado dos ativos

Não se aplica no período analisado.

6. Programa de Investimentos para o próximo período

Não há perspectivas de novos investimentos para o próximo período.

¹ O presente relatório foi elaborado em cumprimento aos artigos 3º, 33, 34 e 35 do Regulamento do Fundo.

² O patrimônio líquido era de R\$ 373.921 mil em 30/06/2024 e de R\$ 390.951 mil em 31/12/2024.

³ O patrimônio líquido era de R\$ 340.516 mil em 30/06/2023 e de R\$ 358.080 mil em 31/12/2023.

de equivalentes de caixa, quando com vencimento de até 90 dias e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

	2024	2023
Equivalentes de Caixa	Cotas de Fundos Renda Fixa (Nota Explanativa n° 04)	69.560 87.121

(h) O Fundo não opera com instrumentos derivativos.

(i) Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações. Não foram observados eventos desta natureza para os exercícios apresentados.

4. Títulos e valores mobiliários

	Faixa de vencimento – 2024						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 1 à 3 anos	Acima de 3 anos	Total
FI FGBP CRED PRIV LP	(32)	69.592	66.435	37.947	56.854	125.893	356.690
Disponibilidades	21	-	-	-	-	-	21
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	82.452
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	69.592	66.435	37.947	56.854	43.441	274.269	
Valores a pagar	(53)	-	-	-	-	-	(53)
Total	(32)	69.592	66.435	37.947	56.854	125.893	356.690

	Faixa de vencimento – 2023						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 1 à 3 anos	Acima de 3 anos	Total
FI FGBP CRED PRIV LP	5.785	81.337	104.168	81.314	19.952	31.251	323.807
Disponibilidades	11	-	-	-	-	-	11
Operações compromissadas	5.822	-	-	-	-	-	5.822
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	81.337	104.168	81.314	19.952	31.251</td	

SEDUR – Secretaria do Desenvolvimento Urbano – responsável pela honra.

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com seus assessores jurídicos, não há conhecimento de processos movidos contra o Fundo.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Paulo de Oliveira Costa

Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Agenor Martinelli Braga

Diretor de Administração e Finanças

Fábio Serravalle Franco

Diretor de Operações

Marko Svec Silva

GERÊNCIA FINANCEIRA

Marcelo Borges Weckerle

Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tôrres

Contador - CRC-BA 24.277/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Aos

Administradores do FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS – FGBP
(Administrado pela Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.) Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP (“Fundo”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

A base de elaboração das respectivas demonstrações contábeis está descrita na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis estão compatíveis com o sistema adotado pelo seu administrador. As operações do fundo se assemelham às operações do seu Administrador e algumas normas aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) são adotadas, sem prejuízo às práticas contábeis adotadas no Brasil. As suas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com estas práticas. Nossa opinião não contém modificação sobre o assunto enfatizado.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lemos o relatório da administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2 e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando; divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, incluindo as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 23 de abril de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM

AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP

Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim

CRC 1SP 307.736/O – 5